

Integralismo, nazifascismo e “neonazismo” no sul do Brasil

René E. Gertz*

Apesar de extremamente lisonjeado pelo convite para participar deste evento, resisti muito em aceitar. O professor Carlo Romani, formulador do convite, certamente não contestará essa minha afirmação. As reservas derivaram de duas considerações: 1º) pelas informações a respeito dos objetivos do evento, vi que se tratava de discutir a questão do fascismo e de seus congêneres num elevado nível de abstração teórica, e em âmbito planetário; e 2º) ainda que se tratasse de um evento eminentemente científico, não pude deixar de entrever certa intenção normativa, “crítica”, no sentido de que se deva discutir esse tema para evitar seus efeitos, e até sua possível repetição.¹

Enfrento problemas com ambos esses aspectos. Primeiro, minha atividade de pesquisador em História nunca se destacou pela profundidade da elaboração teórica. Sempre trabalhei com hipóteses muito simples, derivadas da bibliografia acadêmica e da própria “cultura historiográfica” do senso comum a respeito dos temas que me interessam, tentando confirmá-las, ou, mais frequentemente, tentando refutá-las, através de pesquisas empíricas; além disso, meus trabalhos sobre o tema em pauta (integralismo, nazismo, “neonazismo”) sempre se restringiram, geograficamente, ao Rio Grande do Sul e a Santa Catarina, onde, muitas vezes, faço comparações e derivo conclusões não de análises a respeito do espaço geográfico total desses estados, mas de municípios e até de distritos. Não trato, portanto, o tema de uma perspectiva planetária, mas sim apenas paroquial, distrital.

Em segundo lugar – e este ponto é muito mais complexo e problemático –, ao contrário do pressuposto normativo, no mínimo, implícito na maioria dos estudos e dos eventos a respeito de que o fascismo e seus congêneres devam ser estudados para

* Professor aposentado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; professor na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

¹ Este texto foi apresentado na mesa-redonda “Integralismo, nazismo e neofascismo”, como parte do “Ciclo de Conferências e Seminários sobre o Fascismo e seus Impactos no Brasil e no Mundo, 90 anos após a Marcha sobre Roma”, promovido pelo Departamento de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), agosto/setembro de 2012 (o texto foi apresentado em 11 de setembro de 2012).

combater seus efeitos e sua possibilidade de repetição, eu tenho abordado esse tema a partir de uma perspectiva *diferente*, que costuma *dar a impressão* (!), aos meus ouvintes e leitores – sobretudo, aos meus detratores! –, de que estou minimizando o perigo. É que eu aponto para *evidentes* exageros e distorções na maioria das avaliações sobre a presença de nazismo e integralismo, *no sul do Brasil*. Disso deriva, muitas vezes, a desconfiança de que eu até possa ser simpatizante do, no mínimo, tolerante com o fascismo. Já fui, literalmente, apupado por isso. Por essa razão, a possibilidade de destoar dentro deste evento, por tentar abordar o tema – por assim dizer – a partir de um *outro lado*, está, portanto, conscientemente calculada.

Essas foram minhas reservas, o motivo de minha resistência em aceitar o convite para estar aqui, hoje. O professor Carlo me disse que estava consciente de tudo isso, e que queria, mesmo assim, que eu participasse desta mesa. Feita essa observação preliminar, não vou elaborar uma fala para explicar ou justificar os dois aspectos referidos. Vou simplesmente fazer um relato daquilo que fiz ao longo dos anos, nas minhas atividades de pesquisa a respeito, na esperança de que, através desse relato, venha a clarear os dois pontos citados. Alerto que se algum dos presentes leu meus trabalhos não ouvirá absolutamente nada de novo hoje, aqui.²

Comecei a trabalhar com integralismo no sul do Brasil em meados da década de 1970. Como aluno de mestrado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Héliog Trindade insistiu para que eu escrevesse minha dissertação sobre um dos três temas que ele não havia abordado em seu trabalho clássico, a saber, a expansão do integralismo nas assim chamadas “colônias alemãs” do sul do país.³ Isso implicaria, de alguma forma, verificar sua relação com o nazismo, com confissões religiosas não católicas, por exemplo.

Tanto ele quanto eu, na época, pressupunhamos que a variável étnico-cultural seria fundamental para estudar o tema. Em acordo com o senso comum, nossos pressupostos eram mais ou menos os seguintes: as assim chamadas “colônias” seriam

² Em termos de livros, os resultados de minhas pesquisas sobre o tema se concentram em Gertz, René E. *O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987; Gertz, René E. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998; Gertz, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo. Editora da UPF, 2005. Uma memória sobre minhas pesquisas está em Gertz, René E. Pesquisas sobre o integralismo na década de 1970. In: Silva, Giselda Brito (org.). *Estudos do integralismo no Brasil*. Recife: Editora da UFRPE, 2007, op. 13-26.

³ Trindade, Héliog: *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 1930*. São Paulo: DIFEL, 1974. Os outros dois temas de que ele não tratara eram as relações do integralismo com as forças armadas e com a igreja católica.

habitadas por uma população não assimilada, totalmente “marginal” à sociedade brasileira, em especial do ponto de vista político-cultural, ferrenhamente apegada ao país de origem de muitos deles, ou então de seus antepassados. Por consequência, para o caso das assim chamadas “colônias alemãs”, as populações seriam constituídas de fervorosos adeptos e militantes do nazismo. Uma pressuposta não só influência do nazismo no integralismo, mas até uma provável colaboração e uma possível manipulação direta do primeiro sobre o segundo explicaria uma adesão maciça dos descendentes de alemães, porque, na verdade, para eles não haveria qualquer diferença entre ambos.

Como o tempo aqui disponível me permite abordar o tema de forma apenas telegráfica, quero liquidar, de antemão, a questão quantitativa em relação ao integralismo (ao nazismo retorno depois). Não há dúvida de que a AIB teve, efetivamente, uma expansão maior em muitos dos municípios assim chamados “coloniais” (tanto de “alemães” quanto de “italianos”), numa comparação com os demais municípios gaúchos e catarinenses, mas os números *concretos* de que dispomos indicam para níveis modestos para o Rio Grande do Sul. Nas eleições municipais de 1935, conseguiram eleger apenas *quatro* vereadores, *em todo o estado* – a situação foi diferente em Santa Catarina, com a eleição de oito prefeitos e 72 vereadores. Mais adiante, tentarei explicar essa diferença.

Mas ao ir para as fontes, foi se cristalizando, cada vez mais, a evidência de que com a adoção da variável étnico-cultural como explicação para o integralismo eu não chegaria a lugar nenhum. Tenho dito que, *koselleckeanamente*, as fontes, de forma clara, vetaram minhas pré-concepções. Ainda que, obviamente, o nazismo enxergava o integralismo como um irmão, havia várias razões para não dar-lhe apoio expresso e generalizado. Cito apenas duas: 1º) a Alemanha nazista tinha grande interesse em incrementar suas relações econômicas e políticas com o Brasil, e quem o governava, naquele momento, era Getúlio Vargas – não Plínio Salgado –, de forma que era temerário comprometer-se demais com este último; 2º) apesar das cambalhotas retóricas sobre tolerância em relação a todas as etnias e a todas as confissões religiosas, a doutrina e a prática integralistas não conseguiam esconder o fato de que a matriz, o modelo de Estado Integral que seria implantado com uma eventual vitória integralista teria um cunho claramente *lusitano e católico* – e isso gerava medo tanto entre nazistas “sinceros” quanto entre as tradicionais lideranças étnicas das “colônias alemãs”, os

assim chamados “germanistas”. Em resumo: mesmo que não haja registros de graves confrontos expressos entre nazistas e integralistas, e até existam alguns casos inegáveis de colaboração, a cúpula nazista nunca fomentou, de forma clara e incisiva, a aproximação ao integralismo – a recomendação oficial foi que se mantivessem as aparências, para a eventualidade de a AIB, um dia, chegar ao poder.

Isso não era apenas “discurso”. De forma concreta, aqueles que se consideravam “alemães”, no sul do Brasil, e simpatizavam com o nazismo invariavelmente criticavam o assim chamado “nativismo”⁴ do integralismo, e lamentavam a adesão de descendentes de alemães a ele, pois estariam colocando em xeque sua “germanidade”. João Fábio Bertonha escreveu sobre as dificuldades de uma “internacional fascista” – situação que, obviamente, também se refletiu aqui.⁵

Chamavam a atenção as evidentes grandes diferenças de densidade de adesão ao integralismo, de lugar para lugar, de forma que, no mínimo, não bastava ser “alemão” para aderir, deveria haver ao menos algum outro fator interveniente. Assim, diante das dificuldades para explicar a difusão por meio da variável específica *étnico-cultural*, passei a experimentar explicações universais. E aí se abriu uma claridade absoluta. As possíveis explicações para simpatizar com a AIB em qualquer lugar do Brasil também traziam resultados absolutamente satisfatórios para entender sua presença nas assim chamadas “colônias alemãs” do sul do país.

Quando eu deixava de considerar o fator “etnia alemã” ou “cultura alemã”, concentrando-me unicamente em variáveis universais, como, por exemplo, estrutura social local e regional, e tentava vincular determinados estratos sociais à AIB, a coisa funcionava perfeitamente – nem os camponeses de origem alemã mais pobres e pouco “assimilados” das picadas mais distantes nem as elites econômicas e intelectuais urbanas, muitas vezes claramente “germanistas”, aderiam, mas sim estratos médios, em geral bastante indiferentes em relação a sua identidade “alemã”, ávidos por ascender social e politicamente, dentro de seu país, o Brasil. Sim, a massa deles tinha sobrenomes alemães (como a massa do conjunto da população), mas eles eram, de fato, subjetivamente “alemães” em graus muito variados e relativos. Uma dinâmica

⁴ De forma simplificada, essa palavra resumia a posição dos nacionalistas brasileiros que apresentavam a mistura das tradições portuguesa, indígena e negra como a base para a configuração da nacionalidade brasileira.

⁵ Bertonha, João Fábio. *Sobre a direita: estudos sobre o fascismo, o nazismo e o integralismo*. Maringá: EDUEM, 2008, p. 83-96.

socioeconômica peculiar nas assim chamadas regiões de colonização, que originara esse tipo de setores médios em proporções maiores que nas regiões tradicionais, explicava, de forma muito satisfatória, a maior densidade da presença integralista.

A densidade eleitoral dependia, portanto, uma vez, do grau de complexidade social das comunidades – centros urbanos mais desenvolvidos apresentavam densidade maior. Mas, para além dessa variável social, outras variáveis *intervenientes* podiam exercer influência significativa, e potencializar (ou não) a adesão à AIB. E aqui me refiro a variáveis, sobretudo, políticas – uma liderança local mais hábil, mais popular, por exemplo, naturalmente podia aumentar a densidade eleitoral integralista em determinada localidade. Mas também circunstâncias políticas específicas podiam ter influência decisiva.

Um exemplo distrital pode ilustrar essa situação. Constatou-se uma evidente concentração muito acima da média de votos integralistas no distrito de Campo Bom, pertencente ao município de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. Uma investigação mais detalhada mostrou que não se tratava de um lugar mais “alemão” ou socialmente mais diversificado que os demais. A maior densidade eleitoral integralista no lugar se explica, sem qualquer mistério, pelo fato de que, em 1927, Novo Hamburgo se havia emancipado de São Leopoldo, constituindo um novo município, enquistado no município-mãe, e Campo Bom localizava-se, geograficamente, logo a seguir, mas continuou pertencendo a São Leopoldo. Para um cidadão do distrito de Campo Bom dirigir-se à sede do seu município, precisava passar pela sede de outro município. Essa situação gerou um forte movimento de desanexação de São Leopoldo, para ser incorporado a Novo Hamburgo. Como nenhum dos dois partidos oligárquicos de São Leopoldo podia aceitar essa perda territorial, a AIB se beneficiou dessa situação, e experimentou um maior nível de adesões, no lugar.

Fatores políticos regionais e locais também explicam a inegável maior densidade eleitoral da AIB em Santa Catarina – e não uma eventual maior preservação da “germanidade”, como está amplamente difundido no senso comum. Não é possível entrar em detalhes, mas aqui os fatores propriamente políticos foram fundamentais. Cito apenas dois. O primeiro é, sem dúvida, a *muito maior* integração das populações de origem alemã na política estadual catarinense. Essa maior integração pode ser simbolicamente ilustrada pela presença de governadores de sobrenome alemão desde o início da República. Uma avenida central da capital, Florianópolis, homenageia o ex-

governador Felipe Schmidt, mas pode-se citar ainda Lauro Müller, Raulino Horn, Gustavo Richard, todos no início da República. Na segunda década do século XX, os Konder começaram a destacar-se.

Hoje, os sobrenomes dos governadores catarinenses podem não ser alemães, mas mesmo numa investigação superficial logo se descobre suas ligações com a “colônia alemã”. O governador pode ter um “exótico” nome “turco” como Espiridião Amin, mas está casado com uma Ângela Heinzen. Pode chamar-se Luiz Henrique da Silveira, mas nasceu em Blumenau, está casado com uma Ivete Marli Appel, e é luterano.

Entre parênteses, até hoje, nos mais de 120 anos de história republicana, *no Rio Grande do Sul*, apenas *três* pessoas com sobrenome alemão concorreram ao cargo de governador – sem sucesso! Isso mostra, de forma muito clara, a resistência que se observa, historicamente, no Rio Grande do Sul, ao ingresso de pessoas de descendência alemã nos cargos mais elevados da política (o fenômeno também é válido para o caso dos senadores).

Essa referência à situação e aos sobrenomes na atualidade aqui não é feita apenas para registrar uma curiosidade – como, no final, falarei, brevemente, sobre o “neonazismo”, essa constatação é muito importante para entender fatos contemporâneos, quando, por exemplo, não há notícias de que em Santa Catarina os “alemães” sejam acusados pela maldade da existência do “neonazismo”, enquanto no Rio Grande do Sul essa maldade não é atribuída a eles apenas por pessoas físicas, mas sim até por agentes de Estado!

A segunda variável para explicar a maior difusão da AIB em Santa Catarina está no fato de que essa inegável presença maciça e esse intenso envolvimento da população “colonial” na política catarinense, desde, no mínimo, o início da República, trouxe-lhe enormes consequências negativas com a revolução de 1930. Os Konder haviam dominado a política estadual desde a Primeira Guerra. Um Konder fora ministro de Washington Luís, e como tais apoiaram o candidato governista Júlio Prestes. Seus adversários políticos históricos, os Ramos, apoiaram o opositor Getúlio Vargas. A vitória deste, em nível federal, com a revolução, e a consequente ascensão política dos Ramos em Santa Catarina, desencadeou um processo de desforra sem limites, que se concretizou numa tentativa de realizar uma verdadeira “limpeza étnica”, não só contra os Konder, pessoalmente, mas sim contra seus supostos apoiadores, o conjunto da população de origem alemã no estado. Ao contrário do Rio Grande do Sul, onde a assim

chamada “nacionalização” e as perseguições subsequentes só começaram depois da implantação do Estado Novo, em fins de 1937, em Santa Catarina tudo isso começou no dia imediatamente posterior à vitória dos revolucionários de 1930. A explicação para o sucesso relativamente maior do integralismo está aí – e não numa eventual “germanidade” mais preservada ou numa ordem de Hitler a seus fiéis seguidores em Santa Catarina para que apoiassem seus amigos integralistas.

Do ponto de vista da pesquisa histórica, devo dizer que cheguei a essas conclusões muito mais por intuição do que pela densidade das fontes a que tive acesso, na época. Mas os vários trabalhos acadêmicos realizados, sobretudo, em relação a Santa Catarina, depois dos meus estudos, mostraram que eu posso ter errado em algum detalhe; no atacado, porém, minhas conclusões resistem, bravamente, a todas as tentativas de refutação, até agora empreendidas.

Em resumo: naquilo que tange à expansão do integralismo no sul do Brasil, minha posição é a de que ele pode ser explicado, *muito satisfatoriamente*, através de variáveis universais, sem necessidade de recorrer à variável específica, a étnico-cultural, a qual muito mais atrapalha que explica. João Fábio Bertonha escreveu que eu exagero nessa direção. Talvez minha simpatia por Weber e seu “tipo ideal” expliquem esse “exagero” unilateral. O problema está no fato de que a História não é uma ciência experimental, na qual, no presente caso, se pudesse tentar verificar como *teria* sido o integralismo nas “colônias alemãs” sem a existência simultânea do nazismo. Mesmo fazendo esse alerta, Fábio, no entanto, não escreveu que eu esteja errado!⁶

Mas o fascismo no sul do Brasil não consistiu apenas no integralismo. Havia também o nazismo e o fascismo italiano, sobre o qual não falarei.⁷ Para dar destaque às *supostas* grandes dimensões do perigo nazista no sul do Brasil, muitas vezes, se insiste na informação de que o país teria abrigado o maior núcleo de filiados ao partido fora da Alemanha. A informação é verdadeira, mas precisa ser nuançada. É verdade que os Estados Unidos, no decorrer da história da emigração alemã, haviam recebido cerca de 20 vezes mais alemães que o Brasil. Mas se este aparece com um número maior de filiados que eles (EUA) isso se deve, entre outras razões, ao fato de que lá vigoravam

⁶ Bertonha, João Fábio. Between sigma and fascio: an analysis of the relationship between Italian fascism and Brazilian integralism. *Luso-Brazilian Review*, Madison, vol. 37, n. 1, p. 99, 2000.

⁷ Sobre a presença do fascismo italiano na “colônia italiana” do Rio Grande do Sul, cf. Giron, Loraine Slomp. *As sombras do Littorio: o fascismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: ParLenda, 1994. Em relação ao Brasil em geral, cf. Bertonha, João Fábio. *O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

leis restritivas à atividade fascista, motivo pelo qual a Alemanha nazista optou por uma política de mobilização de alemães e descendentes diferente da do Brasil.

Abstraindo, porém, desse aspecto, cabem algumas informações objetivas, com a respectiva avaliação, sobre a ação partidária nazista no Brasil, e a reação de alemães natos e brasileiros de descendência alemã aqui no país:

1º) Não há qualquer dúvida de que as manifestações de oposição ou mesmo só de antipatia em relação ao nazismo em si foram pequenas nas “colônias alemãs” do sul do Brasil. Além de pequenos grupos anarquistas e socialdemocratas, houve manifestações críticas por parte de alguns militantes católicos e de outras confissões religiosas. Essa situação de poucas manifestações críticas, porém, deve ser vista dentro do contexto político brasileiro, anterior a 1938 – as relações do governo brasileiro com o governo nazista alemão foram se estreitando num crescendo, com manifestações favoráveis ao regime alemão de parte das mais altas autoridades brasileiras. Diante disso, uma crítica ao nazismo por parte de cidadãos alemães residentes no Brasil ou de cidadãos brasileiros de origem alemã até poderia ser vista como um ato de antibrasilidade. Qualquer pessoa minimamente informada sobre o tema nazismo no Brasil terá visto as famigeradas fotos da festa de 1º de maio de 1937, em Porto Alegre. Mesmo que eu tenha errado em um texto publicizado algum tempo atrás, ao afirmar que o governador Flores da Cunha em pessoa esteve presente, não deixa de ser verdadeiro que estiveram presentes um representante de Flores, um representante da Assembleia Legislativa, representantes dos comandos da Brigada Militar gaúcha e da Terceira Região Militar do exército brasileiro. O bom senso impõe perguntar como, nessas circunstâncias, um brasileiro de origem alemã possa ter praticado uma traição ao Brasil ao também fazer-se presente na festa, a qual, após as manifestações políticas, virou festa popular de diversão, que perdurou até a madrugada.

2º) Apesar da inegável ausência de intensas manifestações de antipatia para com o regime nazista na Alemanha como tal, o confronto com elementos partidários dentro do Brasil foi especialmente forte no sul. Os frequentes e profundos conflitos entre lideranças tradicionais das comunidades e os assim chamados “companheiros do partido”, os *Parteigenossen*, estão amplamente registrados nas fontes.

3º) A existência desses conflitos sugere que estão corretos aqueles historiadores que concluíram pela inexistência de qualquer plano por parte das autoridades partidárias

nazistas na Alemanha em relação à atividade partidária no Brasil. David Bartelt, por exemplo, escreveu um texto que leva o título irônico “Quinta coluna sem plano”.⁸

4º) Na mesma linha, a historiografia séria sobre o tema não encontrou, até o momento, *nenhuma* evidência de que tenha existido um plano nazista de anexar as assim chamadas “colônias” do sul do Brasil, coisa repetida até hoje em dia, não só pelo folclore.

5º) Ao contrário daquilo que o senso comum imagina, a mesma pesquisa histórica estabeleceu, em definitivo, que o maior contingente de filiados ao partido nazista não se localizou em Santa Catarina nem no Rio Grande do Sul, mas sim em São Paulo. Ao todo, as pesquisas históricas indicam que a seção brasileira do partido nazista teve menos de 3.000 filiados, com entre 500 e 600 em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul.⁹ É óbvio que se pode discutir se isso é muito ou pouco. Mas se partirmos do fato de que havia cerca de 100.000 cidadãos alemães no Brasil, mais ou menos 20.000 vindos antes da Primeira Guerra e uns 80.000 vindos depois dela, todos emigrados porque não se sentiam confortáveis na Alemanha, país que, após a tomada do poder pelos nazistas, passou a ser apresentado como tendo virado um verdadeiro paraíso, sou de opinião que o fato de menos de 3.000 terem aderido ao partido pode ser interpretado como um *fracasso* para as pretensões expansionistas desse partido, no Brasil.

6º) Ao contrário daquilo que sugerem ou afirmam os livros escritos por algumas autoridades policiais brasileiras durante a Segunda Guerra, não há comprovação de atos de traição concretos por parte das populações de origem alemã no sul do Brasil. Há, sim, alguns poucos atos de resistência contra a assim chamada política de “nacionalização”, mas atos de traição ou sabotagem foram pressupostos e divulgados pelos policiais, mas nunca foram provados.

7º) Não há dúvida de que ocorreram atos de espionagem a favor da Alemanha no Brasil. Mas os historiadores que se ocuparam desse tema não apresentaram qualquer prova ou ao menos indícios de que esses atos tenham sido praticados por pessoas originárias das “colônias” do sul – os espiões alemães eram agentes mais ou menos profissionais, especialmente enviados para tal missão.

⁸ Bartelt, Dawid. “Fünfte Kolonne” ohne Plan. Die Auslandsorganisation der NSDAP in Brasilien 1931-1939. *Ibero-Amerikanisches Archiv*, Berlim, vol. 19, n. 1/2, p. 3-35, 1993.

⁹ Moraes, Luís Edmundo de Souza. *Konflikt und Anerkennung: die Ortsgruppen der NSDAP in Blumenau und Rio de Janeiro*. Berlim: Metropol, 2005, p. 165 e segs.

8º) Apesar do folclore sobre submarinos que teriam aportado na praia de Torres, no Rio Grande do Sul, guiados, à noite, por traidores locais de origem alemã, com sinais luminosos feitos com lamparinas de querosene, os registros da Marinha e da Aeronáutica do Brasil referem um único incidente entre forças militares brasileiras e um submarino alemão na altura de Santa Catarina, os demais aconteceram todos mais ao norte, incluindo aí, obviamente, aqueles ligados ao afundamento dos navios brasileiros. Em torno desses afundamentos, há acusações de que alemães ou descendentes do sul teriam fornecido dados sobre suas rotas, mas fica um pouco difícil acreditar que um alemão ou descendente de Porto Alegre ou de Florianópolis tenha fornecido dados sobre a rota de um navio que saiu do Rio de Janeiro em direção a Manaus ou aos Estados Unidos, por exemplo.

9º) Diante de tudo isso, costuma sobrar para aqueles que enfatizam o “perigo nazista” no sul do Brasil o único argumento de que os nazistas difundiam “ideias nazistas” por aqui, as quais poderiam fomentar a desagregação nacional do país. Esse perigo é de muito difícil mensuração. Mas uma coisa de que não se pode esquecer é que – ao menos até 1938 – os próprios governantes brasileiros faziam alarde de sua simpatia por essas “ideias nazistas”, e – abstraindo de algumas poucas exceções – basta folhear qualquer grande jornal ou revista brasileiros para constatar que traziam, com muito destaque, fotos e falas de Hitler, de maneira que a eficácia de jornalecos expressamente nazistas que circularam no país era muito limitada, na comparação com essa “grande imprensa” nacional, “autenticamente brasileira”. Os que destacam a “doutrinação”, com certeza, supervalorizam as poucas dúzias de arlequins em uniforme nazista que circulavam por aqui! Se algum “perigo nazista” realmente existiu, sua periculosidade não derivava da presença desses nazistas, de eventuais professores que posavam com seus aluninhos de jardim de infância com braço erguido, fotos muito exploradas nos últimos tempos como suposta prova dessa brutal periculosidade, nem das populações de origem alemã no sul do Brasil, mas de brasileiros “autênticos” que apostavam na Alemanha e em seu regime.

Todos esses argumentos não excluem nem minimizam o fato de que o Brasil foi agredido pela Alemanha nazista. Os navios foram afundados, com as centenas de mortes, incluindo crianças. Pesquisas mais recentes, inclusive, encontraram documentos que mostram que no contexto da declaração de guerra do Brasil à Alemanha ocorreu uma reunião que contou com a presença do próprio Hitler, na qual foi aventada a

possibilidade do bombardeio de cidades brasileiras costeiras. Felizmente, a decisão foi pela suspensão desse plano. Nada disso pode e deve ser negado pela pesquisa histórica. Mas inversamente, nada disso também comprova as acusações até hoje massacrantes contra as populações de origem alemã do sul do Brasil – o tema de meus estudos. É aí que está o caráter aparentemente herético das minhas pesquisas. As visões usuais sobre as supostas maldades cometidas por essa população antes e durante a Segunda Guerra Mundial ofuscam, muitas vezes, fatos concretos que não deveriam ser esquecidos. Na versão original da tese de doutorado de Cesar Campiani Maximiano intitulada *Trincheiras da memória: brasileiros na campanha da Itália, 1944-1945*, lê-se que “em concentrações de descendentes de alemães no sul continua viva a recordação dos esforços governamentais de nacionalização e a *desconfiança com que eram recebidos os brasileiros de origem germânica, ao ponto de famílias alemãs que tinham filhos lutando na FEB terem sofrido depredações de seus negócios e domicílios*”.¹⁰ São fatos que, no mínimo, *também* não podem ser esquecidos pela pesquisa histórica.

É compreensível que durante a guerra tenham surgido muitos mitos derivados de indícios ou mesmo sem qualquer base factual, pois, numa situação de conflito armado, faz parte de toda estratégia eficiente estar alerta para os mais incríveis e traiçoeiros golpes do inimigo. O que causa estranheza é que em algumas das mais destacadas universidades brasileiras reinem escolas historiográficas que continuam apresentando esses mitos como verdade histórica!

– 0 –

Dou agora um salto para a atualidade, para mostrar que os mesmos esquemas de pensamento presentes naquilo que acabo de referir continuam em relação ao assim chamado “neonazismo” contemporâneo. Não tenho tempo para analisar a densidade de ocorrências “neonazistas” no Rio Grande do Sul, mas todo mundo já leu na imprensa que ela seria enorme, que *diariamente* aconteceriam agressões “neonazistas” pelo estado. Só posso dizer aqui que não é assim! Na verdade, a justiça e a polícia têm

¹⁰ Maximiano, Cesar Campiani. *Trincheiras da memória: brasileiros na campanha da Itália, 1944-1945*. São Paulo: USP, 2004 (tese de doutorado em História), p. 11. O trabalho foi publicado em livro, sob o título *Barbudos, sujos e fatigados: soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial* (São Paulo: GRUA, 2010). O texto foi modificado para a edição em livro, e não foi possível localizar nele essa citação.

fichados 32 (!) nomes classificados como “neonazistas”, numa população total de 10 milhões de pessoas, no estado. Os fichados moram e praticam os atos que lhes são imputados, basicamente, na região metropolitana de Porto Alegre e, em nível inferior, em Caxias do Sul. Houve um único episódio envolvendo uma *única* pessoa fora dessas duas áreas, numa típica “colônia alemã”, cujas circunstâncias são peculiares – uma história que não posso contar neste momento. Está muito claro que as manifestações classificadas de “neonazistas” não ocorrem nas regiões de colonização alemã. Quanto às 32 pessoas acusadas de “neonazismo”, uma possui um único sobrenome, que é alemão, não se sabendo se ambos os pais possuem sobrenome alemão, e outros quatro possuem dois sobrenomes, com apenas um deles alemão – nos restantes 27 sobrenomes não há *qualquer sinal* de origem alemã. E o fato de que quatro daqueles que possuem metade do sobrenome alemão e a outra de outra origem mostra que se trata de pessoas geradas dentro de um casamento interétnico, portanto de “assimilados”, pertencentes a uma classe média alta, urbana, que não sabem falar alemão.

Mas a grita de que os “alemães” do Rio Grande do Sul são responsáveis por uma terrível ameaça “neonazista” que pairaria sobre o Brasil – até sobre todo o planeta – circula intensíssima e incontestada na imprensa e na opinião pública, e, infelizmente, até em trabalhos acadêmicos produzidos em algumas das mais flamantes universidades brasileiras. Para finalizar, vou transcrever duas frases da autoridade policial mais conhecida no combate ao “neonazismo” nos últimos dez anos, no Rio Grande do Sul. Trata-se, portanto, das palavras não de uma pessoa física, mas de um *agente de Estado*, fato que torna a situação *muito preocupante*, pois a opinião pública enxergará, com toda razão, esse posicionamento como *oficial*! A primeira afirmação foi feita a uma jornalista do portal de notícias *Terra*, em 11 de abril de 2011: “A senhora lembra o seguinte: *o sul do Brasil é basicamente originário de colonização alemã, italiana, polonesa*. Não esquece que já tivemos, no Rio Grande do Sul, o partido nazista, funcionando de forma oficial, na década de 1930. Aqui, também, nasceu o movimento integralista”.¹¹ A outra declaração foi feita no mesmo portal, em 9 de agosto de 2011, e diz: “A origem do povo gaúcho é *colonial* e, além disso, a Argentina, que abrigou oficiais nazistas após a 2ª Guerra Mundial, está aqui do lado, e preocupa. Para a consolidação dessa ideologia, deve existir um *meio viável*, caso do Rio Grande do Sul. O neonazismo é uma coisa que

¹¹

<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI5070131-EI6594,00-Os+neonazistas+sao+bem+mais+que+meia+duzia+afirma+delegado.html> (acessado em 17 de abril de 2012). *Que o integralismo tenha nascido no Rio Grande do Sul é uma inverdade óbvia.*

jamais vai acabar. É um sentimento, uma ideologia, e não se pode acabar com ideologias".¹²

Reproduzo essas duas frases porque estou convicto de que com algumas adaptações ninguém menos que Adolf Hitler as teria endossado, bastaria substituir na última, por exemplo, a referência à “origem colonial” das populações gaúchas por “origem judaica”, e a ameaça vinda de além-fronteiras, da Argentina, por referências às maquinações do “judaísmo internacional”. E não admiraria se a afirmação de que “o neonazismo é uma coisa que jamais vai acabar”, logo ali adiante, viesse a desembocar na sugestão de que, por consequência, a única solução possível é a “solução final”, isto é, levar mais de três milhões de descendentes de alemães, italianos e poloneses do Rio Grande do Sul, primeiro, para campos de concentração, depois, para câmaras de gás – ou, hoje, talvez para algo mais moderno e eficiente. Hitler adotou essa solução porque também estava convicto de que não havia outra maneira de acabar com a maldade dos judeus.

Minha experiência de cerca de 35 anos de estudos a respeito de aspectos do fascismo me ensinou que se deve ter *muita cautela* com pessoas que se apresentam como antifascistas muito fervorosos, pois existe um *altíssimo* grau de probabilidade de que sua forma de pensar – e de agir – funcione exatamente como funcionava a de Adolf Hitler, e de outros da mesma laia. Cerca de 20 anos atrás, recuperei e publiquei as memórias de um antifascista das décadas de 1920 a 1940.¹³ Que diferença entre a luta heroica e abnegada dos antifascistas daquela época, numa comparação com a atitude de muitos antifascistas pós-modernos, que, além de absolutamente insensatos, frequentemente, são, inclusive, perigosíssimos para o convívio pacífico e civilizado dos cidadãos, quando suas acusações infundadas a determinados grupos geram ódios, que eles, justamente, dizem combater!

¹²

<http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI5286557-EI5030,00-O+neonazismo+nunca+acabara+diz+delegado+que+indiciou+no+RS.html> (acessado em 17 de abril de 2012).

¹³ Gertz, René E. (ed.). *Memórias de um imigrante anarquista*: Friedrich Kniestedt. Porto Alegre: EST, 1989.